

Violência, trauma e resiliência

Violence, trauma and resilience

PIVA, A.¹

angela.bdspiva@gmail.com

Resumo: Frente a uma ética moderna preocupada com o outro, o diferente, com o mal, o homem vitimizado, que pode resultar inócua se abre espaço para a necessidade de uma ética das verdades de cada situação (Badiou, 1995) e a desconstrução da lógica da vitimização. Considera-se também a necessidade de avaliar a violência desde cada contexto em que se produz, as diferentes modalidades de violência, as condições vinculares que a geram e o efeito do trauma na constituição subjetiva.

Palavras-chave: Violência.Ética.Trauma.Resiliência

Abstract: Faced with a modern ethics concerned with the other, the different, with evil, the victimized man, that can be innocuous, make room for the need for an ethics of the truth so for each situation (Badiou, 1995) and the deconstruction of the victimization logic. It's also considered the necessity to assess violence from each context in which takes place, the different types of violence, the bonding conditions that generate it and the effect of trauma on the subjective constitution

Keywords: Violence.Ethics.Trauma.Resilience

Ética e violência

Há coisas que não desaparecem, dentre elas está a violência: (...) hoje ela se retira para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, adotando uma forma microférica que pode ser exercida até mesmo sem a negatividade do domínio ou da inimizade. Ela se desloca do caráter visível para o invisível, do frontal para o viral, da força bruta para o medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo (Han, 2011, p. 8).

Ética em grego (busca de uma maneira de ser ou sabedoria, da ação), é uma parte da filosofia, para os estoicos é o coração mesmo da sabedoria filosófica.

Para os filósofos modernos desde Descartes, a ética é quase sinônimo de moralidade ou de razão prática. Ou um princípio para o julgamento das práticas de um sujeito, na concepção de Kant.

Uma das principais correntes da ética contemporânea é a que nos fala do outro. São todas as variantes da alteridade que leva a boa consciência e as belas almas que solicitam o respeito ao diferente. Mediante esta prédica da tolerância inflam virtudes do pluralismo, fazem da palavra diferença uma chave mestra para amortecer a opressão e os conflitos (Abraham; Badiou; Rorty, 2004, p.21).

¹Psicóloga (PUCRS), Psicanalista (SBP de PA), Psicanalista de crianças, adolescentes, adultos, casal e família, Diretora Geral do Contemporâneo - Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade (CIPT), e-mail: angela.bdspiva@gmail.com

No entanto a pedagogia da diferença é inócua e absurda, por que diferenças é o que há e não deixará de haver. E tratar de justificar o que ocorre desde sempre é buscar uma racionalidade sacrossanta para que o diferente chegue a nós: Seja como eu e respeitarei tua diferença. Duplo vínculo ético como propõe Badiou (1995) que aponta outro sentido para a ética, ao invés de ligá-la a categorias abstratas: O Homem, o Direito, o Outro, vai relacioná-la com as Situações. Em lugar de fazer dela uma dimensão de piedade pelas vítimas – se olhará e se abrirá para pensar os processos singulares em situação. Frente a uma ética moderna muito preocupada com o mal, o homem vitimizado, a defesa dos direitos, o outro, o diferente, postula a necessidade de uma ética das verdades de cada situação. O esquema das verdades se conecta com a ideia de acontecimento. Um acontecimento indica que algo diferente e imprevisível se produziu nos limites de uma situação, e abriu um espaço para outras possibilidades de significação.

A ética tem um princípio que é o de não ceder. Ceder é desaparecer, perder a dignidade e a identidade.

O princípio ético de não CEDER, a exigência de continuar apesar de tudo, se configura como a imortalidade. A imortalidade não é uma promessa de uma vida sem limites, mas ao contrário, a atitude de não CEDER, quando se apresentam os limites da vida. A atitude ética de não ceder, se contrapõem a passividade, a vitimização.

Exige também, como atitude ética a desconstrução da lógica da vitimização:

O discurso jurídico aborda a questão da violência com base em uma concepção de que há uma relação binária agressor/ vítima claramente delineada, na qual de um lado há uma vítima fraca e vulnerável, carente de proteção e merecedora de uma assistência jurídica específica e de outro um algoz a ser condenado, controlado e punido. A vitimização e a judicialização do conflito social, presentes tanto na política pública como nas práticas de assistência (Rosa, 2016, p. 146).

O resultado é que a vitimização aprisiona o sujeito em posição dessubjetivante, preso e fixado a uma queixa infinita.

A atitude ética manifesta-se no plano da AÇÃO, na Ecologia da Ação, que não depende apenas daquele que a exerce, mas também, dos contextos em que se insere e exige um trabalho contínuo de ligação e religação¹ (Morin, 2005).

Neste sentido a religação é uma necessidade vital e um imperativo ético primordial do nosso tempo (Piva et al., 2012).

¹A noção de religação, inventada pelo sociólogo Marcel Bolle de Bal, preenche um vazio conceitual dando uma natureza substantiva ao que só era concebido de forma adjetiva e um caráter ativo a esse substantivo. “Religado” é passivo, “religante” é participante, “religação” é “ativante” (Morin, 2005, p. 210).

Um sintoma frequente enquanto sujeito social e político é a recusa, que facilita um pertencer sem compromisso, não responsável e conformista. A criação da posição de “não responsável” se expressa na atribuição da responsabilidade a Alguém. Ou na banalização do tema da Violência que reflete nossa impotência para transformar as violências em modalidades humanizantes e nos serve como anestesia frente ao sofrimento e mal estar que nos provoca (Puget, 2005).

Violências – violações

Ao significarmos violência como violação nos abrimos para pensar os processos de humanização e da possibilidade do ser humano de produzir desumanização. Nesta perspectiva não se desconsidera que alguns contextos de violência podem ser entendidos desde o vértice da perversão e da transgressão.

Levanta-se a necessidade de se considerar a violência desde cada contexto em que se produz e à necessidade de se dar um lugar as diferentes classes violências – violações: ética, política, subjetiva, públicas, privadas. Todas estas categorias correspondem a mundos conceptuais e marcos referencial que tem a sua legitimidade (Puget, 2005).

Em algumas situações se trata de uma forma de manejo peculiar da intolerância com as diferenças ou uma incapacidade de fazer algo com elas, obscurecendo-se os processos de pensamento e o potencial vinculante. Em outras, encontramos ódio, crueldade, irracionalidade, impotência e diluição dos recursos humanizantes.

Um ato é cruel na medida que encontra o outro sem recurso para fazer algo, seja pensar, assimilar ou proteger-se ao ser tocado ou atacado (violado) em um dos aspectos essenciais do seu ser-corpo, mente, de seus vínculos, de sua pertinência (Puget, 2005, p. 4).

Pensar a crueldade em termos pulsionais e pensá-la em termos de uma relação de imposição mútua própria de um vínculo propõe dois contextos de significação lógicas próprias que não se articulam de forma harmoniosa.

Dado a complexidade do tema, que possui vasta literatura, desde várias perspectivas, filosófica, política, literária, etc., nossa proposta nesta reflexão se fundamenta na necessidade de:

- 1) Identificar e avaliar como se implementam as diversas modalidades de violência, visíveis e invisíveis.
- 2) Quais são as condições vinculares que a geram.
- 3) Que tipo de vínculo se produz desde uma condição de violação.
- 4) Quais efeitos na constituição dos sujeitos que sofrem a ação violenta.

5) A partir de um referencial conceitual formular estratégias de intervenção para interromper e modificar as ações violentas nas famílias.

A situação de violência implica distintas vertentes de determinação: a consideração do mundo intrapsíquico de violentadores e violentados, a dimensão vincular e sociocultural, a dimensão da transmissão transgeracional, já que a ação violenta pode ser rastreada como um modo de relação que se transmite de geração em geração (Piva, 2001; Piva et al., 2009).

Situações de tal complexidade exigem revisar constantemente nossos modelos de intervenção, pois dar conta desta demanda envolve trabalhar na interface dos espaços:

Íntimo - o espaço do eu e do corpo, onde o direito ao SEGREDO tem legitimidade;

Privado - onde o sujeito está com o outro e com ele intercambia afetos, constrói vínculos, constitui subjetividade e sua ética é a DISCRIÇÃO e a LEALDADE;

Público - onde se estabelecem relações com os vários representantes da sociedade: valores, crenças, ideologias, história, tragédias sociais, etc., no qual as regulações devem ser conhecidas e regidas pela ética da TRANSPARÊNCIA (Berenstein, 2000).

Famílias e violências

O fenômeno da violência e dos maus-tratos no seio da família é muito antigo, porém é recente a conscientização deste grave problema social. Há algumas décadas não se entendia com clareza as origens e efeitos desta problemática.

A violência familiar começou a ser assim considerada na década de sessenta, quando alguns autores descreveram a “*síndrome da criança espancada*” (Kempe; Silvermann; Stealet al., 1962).

Anteriormente, por ser compreendido num contexto de abandono, às medidas de proteção contra os maus-tratos infantil, visava apenas esse vetor, deixando ocultas e esquecidas as outras dimensões implicadas.

A denúncia de diversas formas de violações e o aumento progressivo, na comunicação social, o desenvolvimento de agências de proteção, permitiu criar uma consciência pública sobre este problema, estendendo-se o foco da discussão à violência contra as mulheres e, progressivamente, a outras situações como o abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como e as diversas formas de violência e maus-tratos em relação aos idosos.

Sabemos hoje que o abuso ocorre em 10% das famílias de diferentes classes econômicas e culturais e estima-se que quatro entre dez meninas e um em cada seis meninos sofram algum tipo de abuso sexual. É um número alarmante, sendo que possivelmente deva ser maior, visto que faz parte

desta configuração a síndrome do segredo, e que tal estimativa baseia-se em casos onde ocorre denúncia legal como uma forma de medida protetiva. Inúmeros casos só vêm à luz durante o tratamento na idade adulta e seguem como um segredo familiar (Sanderson,2005). O encontro com esta problemática, com este sinistro-familiar, além de despertar angústia, teve por outro lado, uma força vinculante e tem nos feito refletir e revisar sobre as distintas formas de violência que habitamos e nos habitam, entre elas, a alienação, a indiferença e a ausência de ação.

A violência familiar nos confronta com o paradoxal: violência e convivência. A família está associada a um espaço de cuidado, proteção, amparo, de intercâmbio de afetos, mas também pode se configurar como espaço de violações e dessubjetivação.

Estes paradoxos produzem angústia, perplexidade, mal estar, ameaça a uniformidade e o esperado, tem como consequência que não se possa reconhecer as ações violentas enquanto tal.

A violência está incorporada em muitas famílias como uma forma de vínculo, ou de não vínculo, um estilo de comunicação e pode funcionar como fator de estabilização do funcionamento familiar, novamente os paradoxos.

Nestes contextos o que predomina é a ação, a passagem ao ato e não o pensamento e a simbolização. Nele se geram sistemas de crenças, convicções e mitos compartilhados que justificam a ação violenta. Se produz assim, uma familiaridade sinistra, uma naturalização.

Conforme Laing (1959), podemos dizer que nestas famílias os significados são Mistificados. Mistificar é confundir, ofuscar, mascarar o que está acontecendo. O ato de mistificação tende a induzir um estado de confusão que não necessariamente se experimenta como tal. A família mistifica, minimiza e nega os fatos. Nestas famílias não se vê, não se ouve, não se pensa.

Situações de Violência Familiar se associam à situação de desamparo social e de desamparo discursivo. Este conceito é retomado para articular o sujeito a modalidade de discurso social e político que promovem o seu desamparo.

Quando há desqualificação de seu discurso, soma-se ao desamparo social do sujeito, o desamparo discursivo; ou seja, ele é inteiramente culpabilizado por sua condição social plurideterminada. Neste caso a exposição traumática é dupla: por um lado a constante exposição a situações de violência, por outro, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos promovendo efeitos de dessubjetivação(Rosa, 2016, p.48).

Lembrando que Trauma é uma palavra de origem grega que significa ferida, oriunda de uma outra que quer dizer furar. Para a Psicanálise, o conceito de trauma define uma situação de complexidade na qual intervém tanto o mundo externo como o interno, ativando uma fantasmática, ao mesmo tempo em que está em jogo a condição vital de desenvolvimento e desamparo

(*Hilflosigkeit*). Ao longo de sua obra, Freud desenvolveu duas correntes de entendimento do trauma: uma dinâmica e outra econômica. Inicialmente, acompanhado de Breuer em seus estudos sobre a histeria, propunha que o trauma psíquico se equiparava ao trauma sexual infantil, ainda fundamentado na teoria da sedução. Essa teoria vai se enfraquecendo à medida do reconhecimento do poder da fantasia na produção de traumas psíquicos.

Ao elaborar a segunda tópica, Freud aprofunda o estudo das fontes de angústia e, no artigo *Inibição, Sintoma e Angústia* (1976/1926), aponta que vivências traumáticas ligadas a perda do amor da mãe, do amor dos objetos colocam o sujeito em um estado de desvalimento. O desvalimento se traduz em impotência motora ou psíquica frente a irrupções de estímulos tanto de origem externa como interna. Essa perspectiva econômica define o trauma psíquico como a condição em que o ego se encontra ante exigências endógenas ou exógenas das quais não pode fugir e cuja tramitação resulta impossível para o sistema psíquico ou neuronal.

A condição traumática se relaciona a uma disfunção psíquica devida a uma situação disruptiva que impede a articulação entre afetos e representações, ocasionando um colapso das relações entre o psíquico, o social, o temporal e o espacial. O efeito disruptivo decorrente do caráter massivo e repentino do estímulo traumático desencadeia angústia automática, em vez de angústia sinal, impossibilitando a ação das defesas normalmente usadas pelo ego para a metabolização e a elaboração do evento traumático. A modalidade de angústia é um sinalizador clínico da condição traumática (Benyakar; Lezica, 2005).

Uma das formas de tramitação psíquica de um trauma pode se dar através do processo de encriptamento – condição em que a vivência traumática permanece encapsulada, ocupando um espaço próprio, sem tramitação com as demais instâncias, repercutindo continuamente sobre a vida anímica do sujeito, bem como sobre seus descendentes.

Outra possibilidade é o estabelecimento de um processo tóxico de tramitação da vivência traumática, em que o que é transmitido se trata justamente da impossibilidade de ligar a experiência a um universo simbólico que permita a sua elaboração. O sujeito se vê aderido a repetições e a traumas cumulativos.

Sobre a transmissão da violência

Uma geração não pode existir sem aquela que a precede, há uma obrigação por transmitir em relação a continuidade evolutiva de uma geração a outra, o que permite a cada uma não partir do zero.

Quando abordamos a questão da transmissão transgeracional, estamos tratando tanto do que garante a continuidade narcisista e a manutenção dos vínculos, que corresponde à transmissão de formas estruturantes, quanto das formas desestruturantes de transmissão, ao que Eiguer (1998) denominou de a parte maldita da herança.

Nos defrontamos com o paradoxo de que os pais, em sua insanidade, parecem necessitar apropriar-se da vida de seu filho, como forma imaginária de resgatar sua própria vida e adquirir uma ilusão de sobrevivência psíquica ou até de eternidade. Este tipo de violação e apropriação se transforma numa herança psíquica que se transmite de uma geração a outras, numa repetição silenciosa de histórias que, se contadas, seriam insuportáveis, impossíveis de ligar e processar (Piva, 2001).

No entanto, o insuportável também se transmite: mutilado, enterrado, putrefado. Quando os pais abusam agressivamente ou sexualmente de uma criança, à violação do corpo corresponde a uma violação traumática de sua mente. Isto se constitui numa terrível situação de assassinato psíquico, num equivalente da morte. Tornar-se-ão uma modalidade intrusiva, cujo molde se constituiu na dramática do ato intrusor ao corpo e na mente de uma criança e se transmitiu, como sombra inanimada, às novas gerações deste grupo familiar (Piva, 2001).

Cabe mencionar a capacidade de resiliência que alguns indivíduos apresentam como recurso no enfrentamento de eventos traumáticos. Termo oriundo da física, a resiliência define a condição de um sujeito de fazer frente a condições adversas, inclusive a situações de grande impacto psíquico. A resiliência é o processo que permite retomar algum tipo de desenvolvimento apesar do trauma e das circunstâncias adversas. Vínculo e Sentimento são as palavras que permitem a Resiliência.

A posição do analista e função de testemunho

Testemunha corresponde ao exercício de uma função complexa, onde seja possível ver, ouvir, presenciar uma cena, reunir alguns componentes em um relato, construir uma história e transmitir este relato.

Passar de testemunho à testemunha capaz de testemunhos permite, às vezes, transformar um posicionamento sofredor em um ativo, que nos permite fazer algo com o vivido. De alguma maneira todos somos testemunhas passivas ante os espetáculos que nos expõe, os meios que exibem sequestros, assaltos, guerras, violências familiar, violência na rua e expõe as vítimas da realidade social e econômica, entre elas, as pessoas que vivem nas ruas (Puget, 2015, p.159).

Ser testemunha é um dos componentes da função analítica. Às vezes, se trata de testemunho, e outras tentar ajudar a transformar testemunhas impotentes e vitimizados em testemunhas capazes de testemunhar e historizar.

A função de testemunha do analista é frágil, se constrói e se perde permanentemente.

Exercer a função de testemunha é uma das maneiras de sair de uma cena violenta familiar ou conjugal, facilitando o estabelecimento e surgimento de outras possibilidades vinculares (Puget, 2005).

Referências

- Abraham, T.; Badiou, A.; Rorty, R. (2004). *Batalhas Éticas*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Badiou, A. (1995). *Ética*. Um Ensaio sobre a Consciência do Mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Benyakar, M.; Lezica, A. (2001). *Lo Traumático – clínica e paradoja*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- Berenstein, I. (2001). *Notas sobre a Violência*. Conferência realizada no Contemporâneo Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade. Porto Alegre.
- Han, Byung-Chul. (2011). *Topologia da Violência*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Cyrułnik, B. (2008). *Los Patitos Feos: laresiliencia: una infancia infeliz no determina la vida*. Barcelona: Gedisa.
- Eiguer, A. (1998). *Lo Geracional*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1976). Inibições, sintomas e angústia. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad.). Rio de Janeiro: Imago, v. XX. (Trabalho original publicado em 1926).
- Kempe, C.H.; Silvermann, F.N.; Steale, B.F. et al. (1962). *The battered child syndrome*. JAMA 181:pp. 105-112.
- Losso, R. (2001). *Psicoanálisis de La familia: recorridos teóricos-clínicos*. Buenos Aires: Lumen.
- Morin, E. (2005). *O Método 6: ética*. 2 ed. (J. Machado da Silva, trad.). Porto Alegre: Sulina.
- Piva, A. (2006). *A Transmissão Transgeracional e a clínica vincular*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Piva, A. et al. (2012). *As diferentes faces da Violação*. Trabalho apresentado no III Congresso de Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares. Buenos Aires.
- Piva, A.; Luz, C.; Costa, C.; D’Incao, D.; Linhares, K.; Fortes, M. G. (2009). A Transmissão da Violência. *Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n.07, pp. 86-97.
- Piva, A. (2001). A lógica paradoxal. In: Graña, R. & Piva, A (org.). *A Atualidade da Psicanálise de Crianças: perspectivas para um novo século*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Puget, J. (2015). *Subjetivacion descontinua y psicoanálisis*. Incertidumbres y certezas. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Puget, J. (2006). *Violência de Estado y Psicoanálisis*. Buenos Aires: Lumen.
- Puget, J. (2005). Violencia en pareja y familia. Funcion testemunho, estado de ameazacrueldad. In: *Actualidad Psicológica*, ano XXX, n. 328. Buenos Aires.
- Rosa, M.D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta / FAPESP.

Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em Crianças*. São Paulo: M Books.